

LEI MUNICIPAL Nº 09 DE 17 DE ABRIL DE 2002

*Dispõe sobre instituição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – **CMDRS** e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Itapagipe

Faço saber que a Câmara Municipal por seus representantes aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – **CMDRS**, de caráter deliberativo de funcionamento permanente.

Art. 2º - Ao **CMDRS** compete:

I – Promover a articulação e adequação de políticas públicas estaduais e federais, buscando compatibilizá-las à realidade do município, e acompanhar, fiscalizar e avaliar sua implementação.

II – Participar dos diagnósticos para elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – **PMDRS** e, anualmente, dos Planos de Trabalho dele decorrentes, e da sua implementação.

III – Homologar o **PMDRS**, emitindo parecer conclusivo que ateste a legitimidade das ações nele propostas, em relação às demandas formuladas pelos agricultores familiares.

IV – Aprovar, anualmente, o Plano de Trabalho emitindo parecer conclusivo sobre a legitimidade do seu objeto e de suas metas, bem como da viabilidade técnica, econômica, social e ambiental do Plano, e recomendando a sua execução.

V _ Promover a avaliação dos impactos das ações do **PMDRS** no desenvolvimento municipal, propondo os redirecionamentos que se fizerem necessários.

VI _ Acompanhar e monitorar as ações previstas no **PMDRS** e nos Planos de Trabalho, exercendo vigilância sobre a execução.

VII _ Sugerir ao Executivo Municipal, e aos órgãos e entidades públicas e privadas que atuam no município, ações que contribuam para o aumento da produção agropecuária e para a geração de emprego e renda no meio rural.

VIII _ Propor políticas e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne à produção, à preservação do meio ambiente, ao fomento agropecuário e à organização dos agricultores, bem como à regularidade do abastecimento alimentar do município.

IX _ Assegurar a participação efetiva dos segmentos promotores e beneficiários das atividades agropecuárias desenvolvidas no município.

X _ Promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural.

Art. 3º - O **CMRDS** tem foro e sede no município de Itapagipe/MG

Art. 4º - O Mandato dos membros do **CMDRS** será de 02 anos, podendo ser prorrogado por igual período, e o seu exercício será sem ônus para os cofres públicos, sendo considerado serviço relevante prestado ao município.

Art. 5º - Comporão o **CMDRS**:

01 representante da EMATER-MG;

01 representante do IMA-MG;

01 representante da Prefeitura Municipal (Seção de fomentos à produção agropecuária);

01 representante do Sindicato Rural de Itapagipe;

01 representante das Comunidades Rurais;

01 representante das Associações dos Produtores Rurais;

01 representante da Cooperativa dos Produtores Rurais.

Parágrafo Único – Os membros do **CMDRS** serão designados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos titulares dos órgãos e entidades representantes.

Art.6º - O Executivo Municipal fornecerá as condições necessárias para o **CMDRS** cumprir as suas atribuições, nos termos do Inciso II do Artigo 8º da Resolução Nº 27 de 28 de novembro de 2001, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, publicada no D.O.U. em 15 de março de 2002.

Art.7º - O **CMDRS** elaborará o seu Regimento Interno, para regular o seu funcionamento.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Itapagipe/MG, 17 de abril de 2002.

Jerônimo Donizete da Silva
Prefeito Municipal